

CORREIO CARIOCA

POR PAULA VIEIRA



Procon-RJ interdita posto de gasolina após denúncia

Procon Carioca interdita posto de gasolina por fraude

Um posto de combustíveis na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, foi interdito e multado pelo Procon Carioca nesta terça-feira (16), após fiscais flagrarem fraude nas bombas de abastecimento. O esquema prejudicava diretamente os motoristas. Os bicos de gasolina e etanol entregavam cerca de 20% menos do que aparecia no marcador. Em um teste, um galão de 20 litros foi cheio, mas a bomba registrou 24 litros. Diante da

irregularidade, o Procon determinou a interdição imediata, aplicou multa e abriu processo para cassar o alvará do local. A denúncia partiu de um consumidor, o que mostra a importância desta contribuição no combate a golpes. De acordo com a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, a operação faz parte de um plano da Prefeitura para reforçar a fiscalização e dar mais transparência ao setor.

3º Festival do Servidor

Estão abertas as inscrições para o 3º Festival do Servidor, que celebra o Dia do Servidor, em 28 de outubro. Realizado pelo Instituto Fundação João Goulart, o evento oferece mais de duas mil vagas em cursos e palestras presenciais e on-line sobre gestão pública para

quem trabalha ou quer conhecer melhor o setor. O festival será dividido em quatro áreas temáticas, chamadas de "palcos", com foco em gestão básica, aprimoramento e liderança carioca. As inscrições podem ser feitas no site ou Instagram da Fundação João Goulart.



Bonde do ramal Paula Mattos em circulação pelo Rio

Bonde de Santa Teresa vive retomada histórica

O Bonde de Santa Teresa, que completou 129 anos em setembro, registrou aumento de 30% no número de passageiros entre janeiro e agosto. No total, foram 473.456 embarques em 2025 contra 357.953 no ano passado. O aumento da procura está ligado às obras de revitalização feitas pela Setram, que possibilitou a

reativação do ramal Paula Mattos, parado havia mais de 10 anos. Em julho, o sistema bateu recorde, com 3.441 embarques em um único dia. Com R\$ 70 milhões investidos, as intervenções também incluem o ramal Silvestre, que fará a integração entre o bonde e o trem do Corcovado. As obras devem beneficiar 40 mil pessoas.

De la Bière injeta R\$ 35,4 mi no Rio

O Mondial de la Bière injetou R\$ 35,4 milhões na economia do Rio, segundo a Prefeitura. O cálculo considera o consumo de cerveja, o ingresso do evento, os gastos dos turistas e o investimento dos organizadores e expositores. Realizado no Pter Mauá entre os dias

11 e 14 de setembro, o festival reuniu cerca de 40 mil pessoas em sua 12ª edição. Do público, 85% era carioca e 15% turista. No evento, o estande da "Rua da Cerveja" recriou o clima do futuro polo cervejeiro da Rua da Carioca, atraindo 6 mil visitantes com chope artesanal.

Bacanidade vai ao Cristo Redentor

O Projeto Bacanidade, da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, levou cerca de 30 idosos moradores do Rio de Janeiro para um passeio no Cristo Redentor nesta quarta-feira (17). Muitos visitaram o cartão-postal pela primeira vez. Para o

secretário Felipe Michel, o objetivo do projeto é "garantir que os idosos tenham acesso a experiências únicas, que reforcem a autoestima, a inclusão e a alegria de viver". Com o Bacanidade, a prefeitura busca se aproximar dos idosos, gerando mais qualidade de vida.

Alerj aprova Pacote de Enfrentamento ao Crime

PEC-RJ proposto por Rodrigo Bacellar teve 12 emendas

Por Paula Vieira

Nesta quarta-feira (17), a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em discussão única e com regime de urgência o substitutivo do Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ) com as 12 emendas enviadas pelos parlamentares da Casa.

O projeto de Lei 5.908/25, de autoria do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União), conta com uma série de medidas que visam o fortalecimento da segurança pública no estado, por meio do reforço da efetividade penal. Agora, o PL segue para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

Mais cedo, o PEC foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Alerj e um acordo com o presidente da CCJ, Rodrigo Amorim (União), definiu a apresentação das emendas em plenário. A aprovação aconteceu após discussão na última terça-feira (9), quando o texto recebeu 65 emendas e saiu de pauta.

"Quem ganha é a segurança pública do Estado. Não existe mágica nem salvador da pátria. O que existe é trabalho conjunto e soma de esforços para garantir que



O presidente da Alerj, deputado estadual Rodrigo Bacellar, conquistou aprovação do PEC

o cidadão viva com mais segurança. Fizemos o nosso trabalho e nos debruçamos sobre essa matéria nos últimos meses", disse Bacellar.

Entre os pontos do PEC estão a criação do Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente (SISCEI/RJ), que usará inteligência artificial para monitorar egressos reincidentes em crimes violentos, além da restrição de

visitas íntimas para condenados por crimes hediondos e da possibilidade de cobrança parcial de custos carcerários, conforme a renda do preso. O texto também prevê internação mínima de dois anos para adolescentes infratores graves.

A proposta teve apoio de parlamentares da base governista e também de nomes da oposição,

como Márcio Gualberto (PL) e Dani Monteiro (PSOL), que defenderam ajustes em pontos específicos. O projeto ainda recebeu elogios, como na fala do deputado Luiz Paulo (PSD).

"O projeto motivou a todos. Um projeto receber emenda deve ser objeto de satisfação, porque todos participaram", disse o deputado.

Mudanças na Polícia Civil

Audiência pública na Alerj debate medidas nesta quinta-feira

Nesta quinta-feira (18), a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) realiza, às 14h, uma audiência pública conjunta sobre os projetos do pacote de medidas para a Polícia Civil, enviado pelo governador Cláudio Castro (PL). Além da secretaria estadual do órgão, foram convidadas oito entidades representantes que representam a categoria.

A audiência foi convocada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será realizada juntamente com as comissões de Direitos Humanos, Segurança e Servidores. Foram convidadas a Secretaria Estadual de Polícia Civil (Sepol-RJ), a Associação dos Peritos Papiloscopistas (Appol-RJ), a Coligação dos Policiais Cívicos (Colpol-RJ), o Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindpol-RJ), entre outros.

As propostas foram debatidas em plenário por mais de duas horas na última semana e receberam quase 500 emendas, saindo da pauta. Um dos projetos, que promove a reestruturação do quadro permanente da instituição, recebeu 347 emen-



Representantes da Polícia Civil são esperados na audiência pública sobre novas medidas

das, contudo, o projeto de lei complementar que regulamenta a Lei Orgânica da Polícia Civil, recebeu 146 emendas.

Uma das principais mudanças no plano de reestruturação da corporação é a criação do cargo de oficial de Polícia Civil, que unifica as funções de inspetor, oficial de cartório e investigador, além da junção das posições de técnico e auxiliar de necropsia,

que criarão o posto de técnico de polícia científica.

Assim, o órgão passará a ter sete cargos: delegado, perito legista, perito criminal, perito papiloscopista, piloto policial, oficial de polícia civil e técnico de polícia científica. A medida prevê outras mudanças nos benefícios e gratificações dos agentes.

O PL complementar define novos critérios para a nomea-

ção de cargos de liderança e promoção de agentes da Polícia Civil, incluindo posições no Conselho Superior de Polícia, além de regulamentar o pagamento de vencimentos, adicionais e gratificações aos servidores, com valores e regras de aplicação que consideram a complexidade, os riscos e a responsabilidade das funções diretamente exercidas.

Alerj cria frente pelas favelas e periferias

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instalou, nesta semana, a Comissão Especial das Favelas e Periferias. O colegiado, presidido por Renata Souza (Psol), tem como missão propor e monitorar políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais. A deputada Dani Balbi (PCdoB) assume a vice-presidência e Flávio Serafini (Psol), a relatoria. Os deputados Zeidan (PT) e Carlos Minc (PSB) também integram o grupo.

Criada por requerimento aprovado pela Casa, a Comissão terá prazo inicial de 120 dias, prorrogável por mais 90, e apresentará um relatório com diagnósticos e propostas. Para Renata Souza, o objetivo é dar

protagonismo às comunidades. "Essa Comissão vem trazer a oportunidade de voz para a população periférica. O CEP da pessoa não pode determinar se ela terá dignidade ou não", afirmou a deputada, ao destacar o diálogo com a Secretaria Nacional de Periferias, do Ministério das Cidades.

Dados do Censo de 2022 mostram que o Estado tem 1.724 favelas, onde vivem mais de dois milhões de pessoas, em meio a carências de saúde, educação, habitação e transporte. Para Dani Balbi, é preciso "mapear as ausências que impactam essas comunidades por conta da omissão do poder público". Serafini ressaltou que são "lugares que deveriam ser prioridades em políticas públicas".

CCJ da Alerj aprova projetos de Castro

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Alerj aprovou, nesta quarta-feira (17), a constitucionalidade de dois projetos do governo Cláudio Castro (PL). O primeiro cria o novo refinanciado, que permite restituição de dívidas tributárias, incluindo ICMS, com perdão de até 95% de juros e encargos para pagamentos à vista. Ele também prevê parcelamentos com descontos variáveis e uso de precatórios para abater débitos. O governo estima arrecadar entre R\$ 2 e R\$ 3 bilhões com o programa.

"É uma oportunidade para dar fôlego financeiro aos contribuintes e regularizar dívidas com o estado", afirmou Rodrigo Amorim (União), presidente da CCJ, que, junto a Vinicius

Cozzolino, Fred Pacheco, Alexandre Knoploch e Chico Machado, votou pela aprovação. Luiz Paulo (PSD) e Erika Takimoto (PT) também deram o aval, mas com emendas que não foram incorporadas.

O segundo projeto aprovado prevê o uso de recursos de royalties do petróleo para quitar dívidas públicas com a União, mantendo limites. Assim, só serão utilizados caso não haja déficit no Rioprevidência e estejam dentro do limite dos repasses feitos à previdência nos últimos dez anos. Luiz Paulo criticou, dizendo que "a medida descapitaliza o fundo previdenciário e coloca em risco aposentados e pensionistas", mas a proposta seguiu com maioria favorável e vai para o plenário.